

Brasil e América Latina: o desafio democrático

Antonio Roberto Batista

É uma grande honra para mim estar entre os convidados a contribuir para as reflexões destes dias sobre Democracia, seu futuro e os desafios que despontam adiante. Trata-se de uma honra, mas também de uma grande responsabilidade que espero não desmerecer, oferecendo algumas observações que contribuam para o nosso intercâmbio de ideias.

Em primeiro lugar, cumpre assinalar alguns pontos de referência. Mesmo alguns relativamente óbvios:

- O **primeiro** deles é que a palavra **democracia** tem muito prestígio e por essa razão e outras de raiz teórica, que não nos cabe discutir aqui, tem uso um tanto largo, inclusive por regimes políticos a que nenhum de nós se referiria dessa forma. Deixemos claro, portanto, que estamos nos referindo aqui, como acredito que em todo o nosso Fórum, à Democracia Liberal, com suas variantes nacionais de operacionalidade, mas com uma tradição intelectual germinada no espaço ocidental de cultura, como muito bem exposto no livro "Liberdade como Tradição" do professor João Carlos Espada.

Brasil e América Latina são filhos legítimos dessa tradição, em que pesem as travessuras que nos têm custado muito caro e inibido severamente nossas potencialidades. Fecho este ponto dizendo que o que mais importa na democracia é o seu papel no esforço permanente de garantir, ampliar e aprimorar a liberdade humana.

- **Segundo ponto:** ao contrário do que muita gente parece acreditar, a democracia e a liberdade política não são uma condição natural ou espontânea. Não acontece por acaso. Trata-se de uma construção delicada no plano das convicções coletivas, que requer uma elite comprometida, instituições sólidas e fieis para se conservar. Precisa ser protegida de diversos tipos de tentação. Ao procurar entender que expectativas podemos ter, que cenários nos esperam "ahead", como propõe o programa, é recomendável adotar aquela atitude prudencial apontada por Roger Scruton em "As vantagens do pessimismo" e zelar para que as eternas tentações do poder não venham a destruir a democracia ou, como vemos mais recentemente, manter os aspectos formais apenas e até usá-los como álibi para corroer os valores democráticos por dentro, produzindo uma democracia sem alma, esvaziada do seu legítimo conteúdo.

- **Terceiro ponto:** se o esforço democrático na América Latina deve ser associado à rota geral das grandes e bem sucedidas democracias, cabe atentar para algumas coisas: reconhecer que o mundo hoje está fortemente integrado; as comunicações, os intercâmbios e a interdependência encurtaram as distâncias em todos os sentidos e a globalização não aconteceu apenas no plano econômico. Corações e mentes estão expostos a questões muito semelhantes; há uma plêiade de empresas e instituições que

ignoram fronteiras, por bons ou por maus motivos e que têm a pretensão de agir globalmente, para o bem ou para o mal, pondo sob tensão tanto as soberanias nacionais quanto a representação política que foi pensada para outros cenários. Virtudes e vícios dos sistemas democráticos nos diversos países apresentam-se semelhantes porque, no fundo, estão sempre as questões de limitação do poder, do equilíbrio delicado dos pesos e contrapesos ("checks and balances"), da administração da justiça e dos mecanismos eleitorais. É surpreendente ver como questões e debates que no Brasil nos acostumamos a atribuir a defeitos nossos aparecem, de forma possivelmente mitigada, mesmo em países que tendemos a olhar com admiração pela sua solidez institucional, sucesso material e capacidade de exportar cultura. Há diferenças de nuances, de predominâncias, de intensidades e profundidades dos problemas atuais, mas questões muito parecidas de governança democrática e de representação são observadas em países muito díspares.

Dito isto, passemos aos pontos seguintes, que destacamos como dificuldades importantes a superar para o futuro da democracia no Brasil e na América Latina. Meu campo de visão na verdade é o Brasil, reconhecendo minhas limitações de conhecimento a respeito dos países vizinhos, diversificados, cada um com sua própria experiência, mas que por certo partilham questões comuns conosco. Algumas dessas questões, como já dito, se apresentam praticamente como aspectos gerais do nosso tempo, mais do que exclusivamente locais.

Quarto ponto: o Populismo. Muito tem sido dito a respeito desse fenômeno e ninguém duvida da sua forte e importante presença na América Latina. Ideologicamente é uma categoria dúbia e aparece em vários países com diferentes colorações, a ponto de recentemente eu ter me deparado com uma resenha de livro em que a proposta era: por um populismo de esquerda para combater o populismo de direita! Não perdi meu tempo lendo o achado e consultei o enorme Dicionário de Política, organizado por Norberto Bobbio e me deparei com um verbete quase metafísico e literário, muito pouco esclarecedor, mas onde alguns exemplos citados eram muito mais úteis do que a análise teórica. Gostaria, então, de ir direto aos aspectos práticos dessa questão que, repito, não é exclusividade nossa, mas que ocupa um papel terrível, pelos danos que sempre causa às instituições, à governança democrática, à qualidade das elites e ainda pelo que promove em matéria de destruição das potencialidades de um país. O exemplo mais gritante é a Argentina, esse país extraordinário, que pelas vantagens comparativas que tem deveria ocupar uma posição elevada no cenário mundial e não viver de angústia em angústia, de crise em crise, empobrecendo inexplicavelmente, desde que o populismo se apossou do seu imaginário.

Há uma frase do famoso escritor Franz Kafka em que diz: "Todos os erros humanos são fruto da impaciência ..." e isso se aplica bem ao problema do populismo. A melhor explicação que tenho para a adesão a esse comportamento político é o desejo incontido, motivado por diferentes razões, de cortar caminhos, pegar um atalho entre uma liderança geralmente carismática e o povo. A democracia é um regime pactuado de leis, instituições e representação. Quando as leis começam a sofrer um caudaloso banho retórico; as metáforas passam a ocupar o lugar da realidade; as instituições são aparelhadas ou

deslizam para fora das suas atribuições; a representação é mal estruturada ou se torna um engodo; a democracia está sendo exposta ao risco do populismo. O processo não se inicia, necessariamente, pelo simples desejo de uma liderança carismática. É principalmente a fragilização das instituições, a má qualidade das elites ou sua falta de compromisso verdadeiro com a nação, a desordem na governança ou nos processos legais, que acumula insatisfações na população e acaba por conectá-la com uma opção populista. Permitam-me dizer que algo equivalente vem ocorrendo até mesmo em países solidamente democráticos e até parlamentaristas, com malabarismos criativos para compor governos, porque a população que não se sente devidamente representada começa a manifestar sua insatisfação através de opções por quem se proponha a sacudir a macieira. Não adianta dizer que foi a internet que "deu voz aos imbecis", porque numa democracia os imbecis também fazem escolhas e têm direito a isso e a voz também. Não seria melhor compreender que há um desconforto na democracia representativa por toda parte?

Quinto ponto: o Patrimonialismo. Falarei pouco desta categoria de cunho weberiano, portanto de pleno conhecimento de todos, mas que deve ser citada como um dos grandes desafios a superar no caso brasileiro. Tornou-se uma chave clássica de interpretação do Brasil através da obra de diversos autores, inclusive dois amigos bastante conhecidos no Instituto de Estudos Políticos: Antonio Ferreira Paim e Ricardo Vélez Rodriguez. Mais uma vez, para os fins que aqui nos reúnem, deixemos de lado os refinamentos teóricos e vamos resumir com simplicidade o fato de que a marca fundamental do patrimonialismo é a apropriação da função pública como benefício privado. Esse traço antigo na nossa história política já sofreu altos e baixos, mas sempre sobrevive, adapta-se aos novos tempos e às novas tecnologias, e há poucos anos foi responsável pelo surgimento de uma colossal máquina de parasitismo do Estado brasileiro pela junção, surpreendente para muitos, entre a mentalidade reivindicatória sindical e ideológica com o mandonismo político tradicional, contando com a prazerosa e bem remunerada convivência de grandes grupos empresariais. Como superar definitivamente o patrimonialismo é algo que requer uma solução que ainda não foi encontrada.

Sexto ponto: a divisão dos Poderes do Estado, os famosos "checks and balances", pesos e contrapesos, é considerada uma questão fundamental para qualquer democracia liberal e representativa digna desse nome, mas tem sido motivo de controvérsias em muitos lugares. Geralmente ninguém contesta a teoria, mas o chamado "ativismo judicial" sabota esse princípio basilar e compromete a representação. Falta-me conhecimento para dizer se em algum lugar foi encontrada solução segura para esse problema, porque qualquer ação para coibir essa prática pode ser confundida com interferência na necessária autonomia do judiciário. Entretanto, os danos causados são inúmeros e bastante graves.

Não há ativismo judicial se não houver um misto de judicialização da política e de politização da justiça. Pelo menos no caso brasileiro, há um agravante: a Constituição vigente desde 1988, em que pese os seus méritos, é extensa, detalhada, tem códigos

temáticos inteiros embutidos e permite que praticamente tudo se torne matéria constitucional. Isso não é nada funcional e permite manobras lógicas radicais. Quando todos assistem que com algum latim e muita retórica o redondo pode ser declarado quadrado ou vice-versa, o amarelo pode ser chamado de azul, a segurança jurídica na percepção dos cidadãos desaparece.

Vários absurdos já foram removidos da Constituição, como a fixação de juros e a proibição de contratação de professores estrangeiros. Houve cerca de 110 emendas, mas é muito provável que nos próximos anos uma reforma mais profunda venha a ser discutida, com resultados impossíveis de prever. Há muitos entusiastas do tema e não sei se isso deve ser visto como uma ameaça ou uma oportunidade.

No **sétimo ponto** pretendo tocar em um assunto que, certamente, causará estranheza: drogas ilícitas e crime organizado. Sei que a muitos parecerá estranho porque observo que a maioria dos cientistas políticos que conheço resiste em aceitar este assunto no sagrado recinto da ciência ou da filosofia social e política. Parece-me um erro incompreensível. Especialmente na América Latina, onde se concentram os grandes produtores e os cartéis de drogas, onde o crime organizado já se mostrou uma força capaz de rivalizar com o próprio Estado, dizer que se trata apenas de uma questão de polícia ou de saúde pública é, na melhor das hipóteses, um fantástico autoengano. Antes de mais nada porque o mundo do ilícito é sabidamente interconectado: terrorismo, tráfico de armas, tráfico de drogas, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro e sabe Deus que artes mais, frequentam todos os mesmos botequins. O Brasil já foi, no passado, rota de passagem de drogas para o exterior, mas hoje já tem produção e beneficiamento, é consumidor significativo, além de suportar rotas que fizeram pequenas e aprazíveis cidades tornarem-se portadoras de elevadas taxas de criminalidade e homicídios. Apesar disso, atualmente vigora, por exemplo, uma ordem judicial que proíbe a polícia do Rio de Janeiro de atuar nos morros e, inclusive, helicópteros e pequenos drones de observação também não podem sobrevoá-los.

O crime organizado, não só na América Latina, torna-se sempre que possível um poder paralelo, controla territórios, corrompe ou ameaça membros do judiciário e dos outros poderes da mesma forma, ocupa cadeiras no legislativo, infiltra a polícia e tudo mais que puder. Os efeitos e consequências do seu ramo de atividade se fazem sentir na Saúde Pública sobre as taxas e o perfil de mortalidade (suicídios, homicídios, "overdoses", etc); alteram as taxas de morbidade para diversas moléstias com graves perdas de capital humano. Todos podemos, rapidamente, lembrar os inúmeros talentos artísticos, por exemplo, que perdemos. Serve de indicador do que acontece na sociedade onde a principal camada atingida é a população jovem. Em São Paulo, nas áreas de consumo de "crack", derivado grosseiro da cocaína, recrudescer com intensidade a sífilis, AIDS, Hepatite C e outras moléstias. Quem tinha alguma propriedade nessas regiões viu seu patrimônio virar pó.

Enfim, acho difícil imaginar que o poder paralelo do tráfico e as perdas humanas e patrimoniais exemplificadas possam ser ignoradas por uma sociedade democrática organizada. Só o efeito corruptor ou de ameaça sobre as elites políticas já deveria ser

objeto de muita preocupação, além das questões de segurança pública que atingem todo cidadão. O enfrentamento desse e de outros problemas teria sido bem mais fácil se tivesse sido travado energicamente um bom tempo atrás.

No **oitavo ponto** temos a comentar a mais essencial das questões que encerrarão o nosso elenco de preocupações. Na verdade, se tivéssemos que escolher um único assunto a destacar sobre o futuro da democracia liberal e representativa no mundo de hoje, esta seria a questão eleita. Referimo-nos à plena **liberdade de manifestação do pensamento**, condição inerente e imprescindível para a democracia. Sem ela a liberdade humana e a própria democracia como sistema simplesmente não sobrevivem.

Millôr Fernandes, um homem de raro talento, costumava sempre incluir na sua página de revista a frase: "Livre pensar é só pensar". Parece que essa ironia cai bem para os tempos que ora vivemos. Embora a liberdade de expressão continue sendo exaltada, embora ela conste em variados documentos e declarações como um direito indiscutível e protegido, está sob cerrado ataque em todo lugar, com intensidade variável e sob diversificadas formas. A internet primeiro maravilhou a todos, mas depois passou a preocupar muita gente, e preocupar mais àqueles que amam os controles.

Chego a pensar que se aplica a essa liberdade fundamental a mesma observação do meu estimado amigo professor Eiiti Sato: quando John Locke escreveu a "Carta a respeito da tolerância" - diz ele - o fez exatamente porque vivia numa época de intolerância e não porque esse fosse um problema resolvido. Da mesma forma as garantias à livre manifestação, a liberdade de fala, comoventemente representada na bela pintura de Norman Rockwell entre as quatro liberdades do discurso de Franklin Roosevelt, está presente em inúmeras constituições de países formalmente democráticos. Na constituição brasileira está de forma até redundante. Entretanto, como se costuma dizer, "na prática a teoria é outra".

Vamos à citação de alguns meios atuais usados para coibir a liberdade de manifestação do pensamento, mas não sem antes lembrar que a vitória mais completa da censura é calar a divergência, fazê-la desaparecer do espaço do debate como se não existisse. Foi com essa imagem, lembrando o apagamento de personagens nas fotos da era stalinista, que apresentei o livro de Antonio Paim, escrito em 1979, "Liberdade acadêmica e opção totalitária", em que ele relata o que denominou "um debate memorável" dentro da universidade. Hoje não se fala em apagamentos, mas em cancelamentos no espaço virtual, a maioria das vezes promovidos por algoritmos. O fenômeno é mundial e por vezes tão semelhante nos argumentos e nas justificativas que acaba por alimentar teorias conspiratórias. As chamadas redes sociais se justificam por diversas condutas alegando que são empresas privadas e, portanto, ao utilizá-las é preciso submeter-se às suas diretrizes. E, por certo, às suas arbitrariedades também. Mas, vamos ser justos e reconhecer que a situação delas também não é fácil, com diferentes governos lançando seus olhos gulosos sobre a fantástica montanha de informações de que dispõem e, alguns, receosos das facilidades que as redes podem oferecer a populações que se quer dependentes e controladas. Totalitarismos não gostam que a pureza d'alma das suas populações seja maculada.

Quando no Brasil, seguindo o modismo, começou-se a falar muito em "fake news", escrevi um pequeno texto manifestando minha preocupação com as consequências. Infelizmente, meus temores se confirmaram. Essa palavra não existe na língua portuguesa. Existe mentira, notícia falsa, notícia inventada, engodo, má informação, o que se quiser, mas uma locução de outra língua, sem tradição de significado entre nós, vigente no mundo das divergências, tinha tudo para ser reconfigurada e aplicada conforme a conveniência de quem quisesse usá-la. Assistimos nos últimos tempos juízes do Supremo tribunal usando o termo para as coisas mais disparatadas e, baseados nisso, determinando inquéritos, investigações, busca e apreensão em residências, bloqueio de recursos de canais do Youtube e, porque não, prisões.

É comum verificar que muita gente, não necessariamente ligada à área jurídica, acha que deve haver um novo Direito, porque a internet é um novo mundo e propicia uma repercussão ampliada de certas transgressões. Não creio. Acho, pelo contrário, que a formação jurídica deveria contemplar mais o "velho" direito, aquele que moldou a civilização. O que é preciso é aperfeiçoar os métodos de investigação de crimes, os mesmos crimes, quando feitos usando a internet. Fraude continua sendo fraude, roubo continua sendo roubo, calúnia continua sendo calúnia, e me arriscaria a dizer que em muitos casos é até mais fácil. As mentiras têm a velocidade e a abrangência da sua disseminação ampliada, mas os desmentidos dispõem das mesmas vantagens. No texto dos meus temores a que me referi, arrisquei o desafio imaginário de que, se Iago tivesse caluniado Desdêmona pela internet, dificilmente Otelo teria chegado a matá-la. Alguém me contestou dizendo que Iago poderia "hackear" o celular dela.

Mas nem só de internet vive o constrangimento à liberdade de expressão. Como ela é, em potencial, uma extraordinária fonte de livre comunicação, expressão, intercâmbio de informações etc, atraiu a sanha de todos os tipos de controladores existentes, buscando formas de obstruí-la e usando os mais variados argumentos.

Também vale, pelo menos, citar para que não fique esquecida uma vertente da questão que sempre nos faz rir primeiro, para depois sentir as desagradáveis consequências. Trata-se do que se convencionou chamar de "politicamente correto". É uma pandemia para a qual ainda não se encontrou vacina, em que alguns querem coibir tudo que lhes vem à atormentada cabeça. O humor, por exemplo, está agonizante, porque não existe humor que não seja politicamente incorreto. O que tem isso a ver com democracia? Tem tudo a ver com liberdade de expressão.

Um dos mais perversos efeitos das técnicas de constrangimento à livre expressão é a indução à autocensura. As pessoas passam a falar coisas padronizadas para se sentirem seguras, até porque há uma certa tendência a criminalizar tropeços, exigir retratações e coisas assim. No mundo utópico da mente dos controladores, talvez as pessoas prescindissem de liberdade de opinião, porque já não teriam nenhuma para dar. Mas aí já estaríamos falando de uma distopia infernal.

Peço desculpas por ter focado com intensidade as preocupações com o futuro da Democracia Liberal, mas creio que fui coerente com a proposta de adotar um

pessimismo prudencial. Numa matriz de planejamento estratégico optei por olhar principalmente as ameaças, até porque sabemos que Brasil e América Latina dispõem de enormes potencialidades de desenvolvimento democrático que têm sido desperdiçadas exatamente por conta de lidar insuficientemente com essas ameaças.

A resposta a ser dada à análise pessimista não é uma receita de otimismo, mas de **confiança**, que é uma outra postura mais madura, com mais conteúdo e não apenas um sentimento. O intercâmbio de ideias predominante entre algumas parcelas da elite mais esclarecida dos países latino-americanos, pelo que me informam amigos que atuam na área, tem sido de se unir num esforço pelo aperfeiçoamento da governança pública. Não sei prognosticar que resultados poderão obter, mas a temática parece atrair o foco para uma visão mais profissional, escapando à tradicional chorumela ideológica com um projeto que levaria diretamente à democracia liberal, como o caminho lógico para alcançar aquilo que lhe é característico: os melhores índices de desenvolvimento econômico, bem-estar social e liberdade política. Há uns poucos países latino-americanos, é claro, que se encontram num grau de degradação de tal ordem que não vejo como poderão acompanhar, mas tenhamos nesses casos esperança.

Pelo menos no Brasil, onde posso observar com mais conhecimento, a população está crescentemente politizada e apesar de vivermos tempos de grande antagonismo político, a opção democrática e a determinação de se manifestar livremente é marcante, a ponto de ser quase impossível qualquer retrocesso.

Ninguém pode negar que optei por um "happy end".

(O preço da liberdade é a eterna vigilância)
John Philpot Curran

Referências:

Bobbio, N (Org.) - Dicionário de política - Populismo (Ludoviko Incisa) - 1986

Espada, J C - Liberdade como Tradição (Távola Editorial) - 2019

Espada, J C - O renascer do Ocidente (Observador) - 2021

Fukuyama, Francis - Ordem e decadência política - 2014

Gall, Norman - A democracia está ameaçada? (Braudel Papers) - 2004

Hunt, Lynn - A Invenção dos Direitos Humanos - 2009

Paim, Antonio (org.) - O Patrimonialismo brasileiro em foco - 2015

Paim, Antonio - Liberdade Acadêmica e Opção Totalitária - 2019

Scruton, Roger - As vantagens do pessimismo - 2015